

7.

Novos limiares da agência política coletiva no século XXI: Apontamentos para uma perspectiva neogramsciana da sociedade civil em tempos de globalização

“Contudo, uma hegemonia nunca é completa”

Robert W. Cox

7.1.

Introdução

Conforme se encontra colocado anteriormente, as abordagens que apontam para a existência de uma “sociedade civil global” pecam por, dentre outros aspectos, negligenciarem a importância das dinâmicas sociais locais na configuração das relações sociais, tanto no tocante à supremacia hegemônica quanto no que diz respeito à resistência a esta. Já autores como Colás, por exemplo, que apontam para a importância da política local vão para o outro extremo – a negligência da globalidade como algo novo, uma verdadeira ruptura histórica. Desta forma, como bem aponta Cohen,

“o que está faltando é uma reflexão sistemática e cuidadosa sobre o modo pelo qual a globalização transformou os parâmetros fundamentais da sociedade civil e como essas mudanças afetam o impacto potencial da sociedade civil nas estruturas nacionais, regionais e transnacionais. Sem uma reflexão meticulosa, não temos condições de perceber o que é novo e o que é possível, e corremos o risco de sobrecarregar o conceito de sociedade civil com funções reguladoras e democratizantes que provavelmente não pode realizar” (Cohen, 2003:422).

Nota-se que Cohen identifica de maneira interessante e pertinente qual é o problema que se coloca para a reflexão contemporânea acerca da sociedade civil, embora – conforme visto anteriormente – não avance de maneira satisfatória na resposta deste. Assim, devido aos limites das leituras correntes da “sociedade civil internacional/global” no âmbito dos estudos internacionais, uma possível linha alternativa crítica de pesquisa deveria levar em conta tanto as consequências da intensificação dos processos de globalização – entendida como

transplanetarização e supraterritorialização – quanto as contribuições de Gramsci e dos autores neogramscianos.

Seguindo tal linha alternativa poder-se-ia ver a transformação hodierna e suas conseqüências para os movimentos de resistência. Além disso, embora Colás veja a sociedade civil internacional como “(...) *um domínio de conflito e contradição tanto como uma arena de cooperação e solidariedade*” (Colás, 2002:174), partindo do referencial teórico neogramsciano a sociedade civil não mais seria vista apenas como a arena de luta mas, de uma maneira mais específica, como uma arena de luta pela hegemonia e contra-hegemonia, o que capta de uma maneira melhor a complexidade de tal processo e identifica não apenas seu caráter conflitivo mas também a necessidade de uma “guerra de posições” buscando, assim, construir um bloco histórico global contra-hegemônico – com destaque para questões ignoradas por Colás como, por exemplo, as questões ideológicas.

Este é o intuito do presente capítulo: apresentar alguns apontamentos para uma perspectiva neogramsciana da sociedade civil em tempos de globalização, ou seja, uma perspectiva que leve em conta a importância das dinâmicas locais, nacionais, regionais e globais tanto no processo de construção e manutenção da hegemonia quanto na resistência a tal hegemonia. Uma vez que sociedade civil é vista aqui como uma arena de luta, como um espaço onde se dá o embate entre forças sociais, buscar-se-á neste capítulo dar atenção a ambos os lados em luta pois “*em conjunto, as elites e os movimentos sociais moldam a história dialeticamente*” (Gill, 2003:159). Neste sentido, a primeira parte do capítulo busca apresentar as forças sociais dominantes e a influência e os impactos dos processos de globalização tanto na sua formação quanto na sua forma de organização.

A segunda parte busca lidar com a contrapartida de tal organização global das forças dominantes, a saber, a crescente globalização da resistência – resistência esta que passa cada vez mais a se organizar tanto em termos locais quanto em termos globais, se conscientizando assim que, ao mesmo tempo em que o espaço da luta se transforma, surgem novas oportunidades para a organização da resistência. Neste ponto também será explorado um dos problemas enfrentados pelo movimento altermundialista, problema este ligado a algumas das estratégias das forças sociais dominantes que visam cooptar as forças da resistência – ou seja, as estratégias de revolução passiva.

Após tal exposição acerca das dinâmicas da sociedade civil em tempos de globalização as atenções serão voltadas, em terceiro lugar, para um outro aspecto da realidade social extremamente importante para a reflexão gramsciana acerca da sociedade civil, a saber, a sociedade política ou o Estado entendido em seu sentido restrito. Neste sentido, busca-se neste ponto apontar algumas das implicações da globalização das relações sociais para o Estado. Por fim, serão apresentadas algumas conclusões acerca do capítulo, refletindo sobre os dilemas e as possibilidades enfrentados pelo movimento altermundialista hoje.

7.2.

As forças sociais dominantes e a globalização: A formação de uma fração transnacional da classe capitalista

Vários são os autores contemporâneos que têm trabalhado com a questão do surgimento de uma fração transnacional da classe capitalista ou de uma classe capitalista transnacional – um grupo social cada vez menos vinculado a Estados específicos (cf., *inter alia*, Robinson, 2004a e 2004b; van der Pijl, 1984, 1993, 1995 e 1997; Sklair, 1999 e 2000; Cox, 1986 e 1987; Gill, 1990, 2001 e 2003; Strange, 1996; van Apeldoorn, 2000 e 2001). Deve-se sublinhar desde já que a formação de uma classe é um processo histórico e se refere a mudanças que ocorrem através do tempo na estrutura de classes da sociedade – incluindo aí tanto o surgimento quanto o desaparecimento de grupos de classes. Assim, a premissa por detrás neste ponto é a de que é possível notar a existência de uma nova fração de classe, ou seja, a formação de uma fração transnacional da classe capitalista.

Como bem apontou Cox, uma análise acerca do fenômeno da formação de classes deve partir, necessariamente, da primazia das relações sociais de produção no processo de constituição das classes antagônicas e do fato de que as frações de classe – como por exemplo uma fração transnacional da classe capitalista – derivam das lutas de classe decorrentes de tais relações sociais¹²⁶. Assim, para que se possa compreender a estrutura de classe de uma dada sociedade em um dado momento histórico faz-se impreterível começar pela análise da economia e das relações sociais de produção prevalentes. Contemporaneamente, poder-se-ia

¹²⁶ De acordo com Cox, “(...) como consequência da produção internacional, tem se tornado crescentemente pertinente pensar em termos de uma estrutura de classe global ao lado ou superposta às estruturas de classe nacionais” (Cox, 1986:234).

afirmar que “(...) a globalização da produção e a ampliação intensiva e extensiva do capitalismo nas décadas recentes constituem as bases materiais para o processo de formação de uma classe transnacional” (Robinson, 2004b:5)¹²⁷.

Em outras palavras, a globalização provocaria a modificação de premissas centrais na análise das classes sociais – nas palavras de van der Pijl, estaria na base de uma “*Segunda Revolução Gloriosa*” (van der Pijl, 1995:100) –, em particular na noção de que as classes são, por definição, vinculadas ao Estado. De acordo com alguns marxistas¹²⁸, a burguesia, embora sendo um agente global, é organicamente nacional na medida em que seu desenvolvimento ocorre dentro das fronteiras dos Estados nacionais – sendo, por consequência, uma classe nacionalmente baseada. Teóricos do imperialismo – como Hilferding e Lênin por exemplo (Hilferding, 1985 e Lênin, 1979) –, por sua vez, desenvolveram um arcabouço teórico marxista segundo o qual a classe capitalista é organizada através das diversas fronteiras políticas dos Estados nacionais. A competição entre os capitalistas – algo que é inerente ao sistema capitalista – toma a forma de uma competição entre grupos capitalistas de diferentes Estados e se expressa na competição, rivalidade e até mesmo na guerra entre os Estados (Brewer, 1990).

Muitas das análises críticas das relações internacionais do século passado – e até mesmo do presente século (Callinicos, 2002) – têm se pautado por tal arcabouço teórico. O problema surge quando não se reconhece a especificidade histórica de tal fenômeno social e se extrapola rumo a uma conclusão transhistórica com relação às dinâmicas da formação de classes a partir de um certo período histórico do capitalismo. A relação entre Estados nacionais, instituições econômicas e estruturas sociais têm se modificado na medida em que a economia nacional se reorganiza e se integra em um novo sistema de produção global. Assim, a despeito do fato dos Estados nacionais serem ainda deveras relevantes para a economia política global, a globalização da produção provê as bases para a transnacionalização das classes e o surgimento de uma classe capitalista transnacional. Ou seja, em um mundo de economias nacionais as

¹²⁷ “Tais transformações estruturais engendram, assim, forças sociais **transnacionais** e, de fato, um processo de **formação de uma classe transnacional** (grifos do autor)” (van Apeldoorn, 2001:73). Conforme colocado previamente, a globalização é tanto promotora do surgimento dessas novas frações de classe quanto é fomentada por tais frações (cf., neste ponto, Rupert, 2000). Neste sentido, embora o presente subcapítulo busque enfatizar, apenas por razões metodológicas, um dos aspectos de tal relação, não se pode em nenhum momento perder de vista o caráter intrinsecamente dialético de tal relação.

classes se desenvolvem em torno de circuitos nacionais de acumulação. Na medida em que tais circuitos se transnacionalizam, o mesmo também ocorre com as classes.

Neste ponto surge a seguinte questão: de que forma tais forças sociais têm sido geradas pelos processos de globalização? As estruturas sociais locais de acumulação que se desenvolveram durante a dita “fase estatal” do capitalismo – ou seja, a fase na qual as classes se desenvolviam a partir dos Estados nacionais – freqüentemente tomavam a forma de projetos desenvolvimentistas, corporatistas e de bem-estar social, todos eles baseados em uma lógica redistributiva e na incorporação do trabalho e de outras classes populares nos blocos históricos nacionais (Cox, 1987; Przeworski, 1989 e Rupert, 1995). Na medida em que tais modos keynesianos/fordistas de acumulação começam a se esfacelar impelidos pela intensificação dos processos de globalização das relações sociais a partir dos anos 1970 (Cox, 1997a), novos modelos de acumulação emergem e os arranjos sociais previamente existentes entre grupos dominantes e subordinados começam a sucumbir.

De maneira mais específica, nota-se que por volta da virada do século passado (século XIX para Século XX) a finança transatlântica foi a forma predominante de internacionalização do capital. Grandes volumes de investimento europeu – especialmente investimento britânico – fluíram para os EUA financiando seu desenvolvimento econômico no final do século XIX e início do século XX. Por volta do fim da I Guerra Mundial, os aliados haviam tomado elevados empréstimos dos banqueiros norte-americanos, fazendo assim de *Wall Street* o novo centro financeiro do mundo. A fração de classe mais intimamente ligada a esse circuito atlântico do capital representava ou defendia um conceito liberal-internacionalista de controle desses fluxos financeiros (van der Pijl, 1984; Polanyi, 2000). Tais fundamentalistas do *laissez-faire* eram predominantemente banqueiros internacionais, mas também incluíam interesses de industriais e agricultores engajados no comércio transatlântico bem como alguns aliados entre os manufactureiros intensivos em mão-de-obra que eram financiados pelos banqueiros. Não obstante, na medida em que a indústria de produção em massa emergiu nos EUA, as firmas norte-americanas de maior porte penetraram nos

¹²⁸ cf. Wood, 2001 por exemplo.

mercados estrangeiros, remodelando a divisão global do trabalho, e estabelecendo novos padrões de produtividade e competitividade por todo o globo (Rupert, 1995).

Desta forma, o predomínio do capital financeiro e de sua visão de mundo internacionalista-liberal foi sendo cada vez mais desafiado por uma fração de classe que representava o capital industrial de larga escala – ou seja, representante do modo fordista de acumulação – e seu conceito de capital produtivo, que possuía uma tendência mais crítica com relação ao capital financeiro volátil e “não produtivo” e ao seu reinado pelos mercados desregulados, crítica esta que ganhou força no rasto do colapso financeiro e da crise global do período entreguerras (Polanyi, 2000). Na medida em que o fascismo e a guerra cobriram todo o continente europeu, uma nova classe dominante estava emergindo nos EUA, classe esta que iria formar as bases para uma visão hegemônica de ordem capitalista transnacional. Nas palavras de van der Pijl, tal visão seria

*“a síntese entre o liberalismo **laissez-faire**, a fração internacionalista-liberal (...) e a intervenção estatal trazida à tona pelos requerimentos da indústria de larga escala e do trabalho organizado, que no período entre-guerras acompanhou várias formas de conciliação de classe geralmente chamadas de corporatismo”* (van der Pijl, 1984:xiv-xv).

Foi essa visão de mundo “proto-hegemônica”, aliada ao anti-comunismo do pós-II Guerra Mundial, que tornou possível a intrincada aliança entre planejadores keynesianos – comprometidos com as políticas econômicas nacionais direcionadas para o crescimento econômico e para o pleno emprego – e os internacionalistas liberais – comprometidos com a estabilidade financeira e com o comércio multilateral. Em suma, a reconstrução da economia capitalista liberal após do término da II Guerra Mundial foi moldada pela interação dessas visões.

Esse bloco histórico promoveu o crescimento e a expansão do comércio e dos investimentos internacionais neste período especialmente dentro e entre as regiões da chamada “tríade”. Sucessivas rodadas do regime multilateral do GATT reduziram as barreiras tarifárias de maneira relativamente progressivas¹²⁹. Contudo, a globalização liberal não se limitou apenas ao comércio. No âmbito das finanças, o excesso de liquidez oriundo de consistentes déficits do balanço de

pagamentos dos EUA, o colapso do regime de câmbio fixo de Bretton Woods e do controle de capitais associado a este, a reciclagem dos petrodólares e a emergência de mercados *offshore* resultaram em volumes homéricos de comércio internacional e de investimento especulativo internacional que passam, a partir desse momento, a coibir o desenvolvimento das reservas dos governos e podem, rapidamente, levar à bancarrota os mercados financeiros de nações particulares inteiras (Held, *et. al.*, 1999; Chesnais, 1996 e 1998). Essa globalização financeira tem sido acompanhada por um ressurgimento do fundamentalismo do *laissez-faire* desde os anos 1970 – isso fica claro na medida em que se percebe que a austeridade neoliberal tem, em grande medida, eclipsado a ideologia orientada para o crescimento que, originalmente, servia de sustentáculo da economia mundial pós-II Guerra Mundial.

Embora tenha mudado do conceito de “capital produtivo” para o fundamentalismo do *laissez-faire* característico do capital financeiro, o bloco histórico que se encontra por trás do liberalismo transnacional contemporâneo apresenta uma continuidade fundamental com o projeto político do bloco hegemônico do pós-II Guerra Mundial. Enquanto o “liberalismo corporativo” (van der Pijl, 1984) orientado para o crescimento das primeiras décadas do pós-II Guerra Mundial e o neoliberalismo possam divergir em termos de abertura internacional, ambos compartilham um mesmo comprometimento com uma economia mundial mais aberta baseada na propriedade privada dos meios de produção e na troca generalizada de *commodities*. Tal projeto de globalização capitalista liberal tem sua justificativa ideológica na teoria ortodoxa do livre comércio. Essa doutrina continua a ser parte integral da ideologia central das instituições da ordem mundial pós-II Guerra Mundial, tais como Banco Mundial, FMI e OMC. Ambas instituições promovem a liberalização e temem a repolitização do comércio como um sendo o primeiro passo em direção ao isolamento, na medida em que um grupo de interesse após o outro demandem protecionismo.

Em suma, é possível perceber que não são poucas as implicações da globalização. Em épocas prévias, o Estado era o *locus* predominante das lutas entre classes e grupos sociais, sendo também um ator fundamental na mediação

¹²⁹ Para maiores detalhes acerca da globalização econômica e da importância do comércio na promoção desta, ver Held, *et. al.*, 1999 capítulo 3.

das relações de classe e um determinante político fundamental na formação das classes. As classes dominantes se desenvolviam sob a proteção dos Estados e desenvolviam seus interesses em oposição aos interesses dos capitais nacionais rivais. Neste sentido, os Estados expressavam as coalizões de classes e grupos que eram incorporados nos blocos históricos nacionais. Sem embargo, na medida em que as estruturas produtivas nacionais se tornam transnacionalmente integradas através dos processos de globalização das relações sociais, as classes sociais – cujo desenvolvimento orgânico se dava através dos Estados nacionais – passam a experimentar uma integração supranacional com classes “nacionais” de outros Estados. Assim, na medida em que os sistemas de produção local são integrados em circuitos globalizados de produção através dos processos de transnacionalização, a lógica de acumulação local e global tende a convergir e as rivalidades outrora existentes deixam de ser rivalidades nacionais. Ou seja, não há um único e geral interesse de classe capitalista (Gill, 2003); a competição entre capitalistas permanece mas agora se dá entre *clusters* oligopolistas em um ambiente transnacional¹³⁰.

Essa nova fração transnacional da classe capitalista pode ser vista como compreendendo os proprietários do capital transnacional, ou seja, o grupo que possui os meios de produção mundial que se encontram expressos, principalmente, nas corporações transnacionais e nas instituições financeiras privadas. Esta classe é transnacional porque se encontra vinculada aos circuitos globais de produção, *marketing* e finanças – desvinculados assim tanto das identidades quanto dos territórios de cada Estado nacional em particular – e porque seus interesses se encontram voltados para a acumulação global, e não para a acumulação local ou nacional. É possível afirmar, neste sentido, que a diferença entre a fração transnacional e as frações locais e/ou nacionais decorre do fato daquela se encontrar envolvida na produção global e no gerenciamento de circuitos globalizados de acumulação que dão a ela uma existência de classe objetiva e uma identidade no sistema global que é tanto espacial quanto politicamente acima do território e da política locais. Assim, na qualidade de

¹³⁰ Cumpre oportuno neste ponto, a título de esclarecimento, diferenciar os conceitos de internacionalização e transnacionalização. De acordo com Robinson, “*internacionalização ocorre quando os capitais nacionais expandem seu alcance para além das fronteiras nacionais. Transnacionalização é quando os capitais nacionais se fundem com outros capitais nacionais*”.

agentes da economia global, a fração transnacional da classe capitalista tem se tornado – nos últimos anos – a fração hegemônica do capital em escala mundial¹³¹. A classe capitalista seria, assim, uma unidade dinâmica de heterogêneos na qual há uma disputa em torno dos projetos e dos interesses que terão destaque no processo de reprodução das relações sociais e, mais especificamente, no processo de acumulação capitalista. Em suma, há uma luta pela liderança do bloco histórico – uma luta pela hegemonia.

É possível, neste ponto, avançar um pouco mais no que já foi previamente colocado. Conforme visto anteriormente, o bloco histórico emergente nos últimos anos consiste de várias forças econômicas e políticas lideradas pela fração transnacional da classe capitalista cujas políticas são condicionadas pela nova estrutura global de acumulação e produção e pelo desejo desta classe de coordenar as dimensões locais, nacionais, regionais e globais tanto da acumulação quanto da legitimidade. Neste sentido, este novo bloco histórico liberal transnacional (Rupert, 2000; Gill, 2001 e 2003) pode também ser chamado de bloco histórico globalista (Robinson, 2004a e 2004b). Em seu centro, se encontra a fração transnacional da classe capitalista, que compreende os proprietários e gerenciadores das corporações transnacionais e demais capitalistas que gerenciam o capital transnacional. O bloco também inclui os técnicos e burocratas que administram as organizações internacionais – como FMI, OMC e Banco Mundial –, bem como governantes, burocratas e técnicos dos Estados do Norte e do Sul e de outros fóruns transnacionais. Também são incluídos neste bloco os intelectuais orgânicos que provêem legitimidade ideológica e soluções técnicas – como por exemplo aqueles vinculados a grupos privados como a Comissão Trilateral (Gill, 1990), as Conferências de Bilderberg (van der Pijl, 1995), o Fórum Econômico Mundial e *think-tanks* como a sociedade de *Mont Pèlerin*, o Instituto Adam Smith e o Instituto Americano Brookings. Abaixo desta elite transnacional – ou “elites

internacionalizados em um processo de interpenetração transfronteiriça que os retira de suas nações e os coloca em um novo espaço supranacional (...)” (Robinson, 2004b:8).

¹³¹ É importante notar que o conceito de fração aqui diz respeito a segmentos dentro das classes que são determinados pela sua relação com a produção social e com a classe como um todo. A fração hegemônica do capital seria, assim, a fração que foi capaz de impor a direção geral e o caráter da produção e que condiciona o caráter cultural, político e social da sociedade capitalista. Para maiores detalhes, ver Robinson, 2004a e 2004b, Overbeek & van der Pijl, 1993 e van Apeldoorn, 2001.

globalizantes”¹³² (van der Pijl, 1995 e Gill, 2003 – cf. também Sklair, 1999 e 2000) – está uma pequena camada formada por classes médias e profissionais cosmopolitas que, embora disponham de pouco poder real, formam uma frágil camada amortecedora entre a elite transnacional e os pobres e excluídos¹³³.

As elites globalizantes – e todos aqueles que se encontram sob sua influência ideológica – vêem o NAFTA, a OMC e os demais acordos multilaterais de comércio como veículos para a progressiva despolitização da economia global, rotulando seus oponentes como sendo auto-interessados, interesseiros e protecionistas globalmente perigosos a fim de legitimar a exclusão de preocupações explicitamente políticas do âmbito do livre comércio. Eles temem a politização do comércio não somente porque ela poderia levar a uma luta distributiva mas também (e, em grande medida) porque a filosofia do individualismo abstrato que subjaz sua visão de mundo não pode admitir outro tipo de política que não a da luta entre indivíduos pré-constituídos e os grupos que eles formam a fim de promover seus interesses. Não obstante, essa não é a única visão possível de política em jogo nos debates acerca da globalização. Na verdade, “*a luta pela hegemonia é sempre infinda e em processo*” (Robinson, 2004b:10). Assim, um entendimento mais profundo acerca da política – ou seja, um entendimento que a veja em termos de um processo de auto-construção social – vê a reestruturação da economia global como uma oportunidade para aprofundar e ampliar as instituições e as práticas democráticas através das quais uma auto-determinação significativa pode ser atingida.

Tal discussão serve de exemplo para demonstrar um ponto extremamente relevante na configuração do bloco histórico globalista: embora este tenha emergido de maneira triunfalista a partir dos anos 1970 e se consolidado nos anos 1990 – indicando, para alguns, até mesmo “o fim da história” –, tal bloco tem passado por sérias crises que dificultam deveras a reprodução da hegemonia.

¹³² De acordo com Gill, “*as elites globalizantes podem ser definidas como um agrupamento de intelectuais orgânicos e de líderes políticos dentro do que pode ser chamada de fração transnacional das classes capitalistas do mundo*” (Gill, 2003:169).

¹³³ Pode-se destacar aqui, por exemplo, pequenos e médios homens de negócios que freqüentemente trabalham como contratados pelas grandes corporações; profissionais que trabalham nos setores de importação e exportação, em companhias que prestam serviços de publicidade, relações públicas, computação, corretagem, contabilidade, consultoria e, cada vez mais, empreendedores educacionais, arquitetos, planejadores urbanos e muitos dos astros do esporte que contribuem para a imagem e a identidade das grandes corporações globais (Gill, 2001).

Como visto anteriormente, um bloco histórico se refere a uma congruência histórica entre as forças materiais, as instituições e as ideologias; de maneira mais ampla, diz respeito a uma aliança entre classes (e frações) distintas em torno de uma gama de idéias hegemônicas que dão a direção estratégica e a coerência necessárias aos seus elementos constituintes. Neste sentido, para que se possa estabelecer de maneira hegemônica tal bloco histórico, faz-se impreterível a superação dos interesses particulares por uma ideologia universal e a coordenação concreta dos interesses dos outros grupos sociais subordinados com os interesses dos grupos dominantes a fim de garantir a realização de pelo menos parte dos interesses desses grupos subordinados. Contudo, os interesses estreitos, particulares e de curtíssimo prazo do capital financeiro transnacional – especuladores, banqueiros, investidores, etc. – minam freqüentemente o projeto hegemônico. Além disso, é possível perceber uma crise do capitalismo global a partir dos anos 1990, crise esta que se expressa em duas dimensões principais.

Em primeiro lugar, é possível perceber uma crise estrutural de superacumulação e de polarização social. A partir do momento em que limita a capacidade de ação dos Estados, os processos de globalização também minam a capacidade do Estado em lidar com a inerente tendência de polarização social do capitalismo. Na verdade, é possível notar um aumento hercúleo no número absoluto de pobres no mundo e um aumento no hiato existente entre os ricos e os pobres desde antes da década de 1970, conforme se encontra expresso nas tabelas abaixo:

Tabela 1

Participação na Renda Mundial 1965-1990				
População	Porcentagem da Renda Mundial Total			
	1965	1970	1980	1990
20% mais pobre	2,3	2,2	1,7	1,4
20% mais rico	69,5	70	75,4	83,4

Fonte: Robinson, 2004b

Tabela 2

Participação da Renda Mundial 1988 e 1993			
População	Porcentagem da Renda Mundial Total		
	1988	1993	Diferença
1% mais rico	9,3	9,5	0,2
5% mais ricos	31,2	33,7	2,5
10% mais ricos	46,9	50,8	3,9
10% mais pobres	0,9	0,8	-0,1
20% mais pobres	2,3	2	-0,3
50% mais pobres	9,6	8,5	-1,1
75% mais pobres	25,9	22,3	-3,6
85% mais pobres	41	37,1	-3,9

Fonte: Robinson, 2004a

Neste sentido, o sistema não é capaz de se expandir de maneira satisfatória na medida em que há a marginalização de uma significativa porção da humanidade, uma forte pressão para baixo nos salários – além de uma redução significativa dos salários devido à nova divisão global do trabalho (Mittleman, 2000) –, uma redução do consumo e uma polarização da renda que reduzem a capacidade de absorção do excedente por parte do mercado mundial. Tal problema estrutural do capitalismo global pode ser colocado como um dos fatores estruturais subjacentes à série de crises econômicas que se iniciaram no México em 1994 e se intensificaram na crise asiática de 1997-1998, além de ser uma das razões para o baixo crescimento da economia mundial no século XXI – embora o PIB mundial tenha crescido no ano de 2003 (2,6%) a uma taxa superior do que a do ano de 2002 (1,9%), tal crescimento ainda é inferior ao apresentado na década de 1990 (1999 – 2,9%). Isso se deve, em alguma medida, ao fraco desempenho da economia norte-americana no mesmo período. Esta, embora apresente alguns sinais de recuperação – 2003 (2,9%), 2002 (2,4%) –, também tem apresentado um resultado inferior ao da década de 1990 (1999 – 4,1%). (Banco Mundial, 2004).

Nota-se, assim, que tal sistema não é capaz de suprir as necessidades básicas da humanidade ou até mesmo de garantir as suas condições de reprodução social mínima, o que tem dificultado deveras a manutenção do consenso em torno do bloco histórico globalista. Esta questão se relaciona intimamente com a segunda dimensão da crise – a saber, uma crise de legitimidade e de autoridade. A

legitimidade dos grupos sociais dominantes tem sido deveras questionada, e o que se destaca neste ponto é o fato de que tal questionamento tem sido feito não apenas pelo setores da sociedade que se encontram excluídos pelo modo de acumulação global vigente mas também por intelectuais, tecnocratas e políticos que até pouco tempo atrás eram membros ativos das elites globalizantes – com destaque, por exemplo, para Bill Clinton, George Soros, Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs, Jagdish Bhagwati, Paul Krugman e Kofi Annan.

Tal crise esclarece a razão pela qual tem se recorrido ao uso da força de maneira tão extensiva hodiernamente – tal ponto será melhor explorado mais à frente. Por agora, cumpre destacar que isto aponta para o fato já visto de que a supremacia de um grupo social se dá de duas formas: via hegemonia ou via coerção. Neste sentido, são oportunas as palavras de Gramsci: *“a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”* (Gramsci, 2002b:184). Se por um lado os grupos dominantes tem tentado de alguma forma reverter tal quadro de crise¹³⁴, por outro lado é neste ponto que surge a importância de movimentos de resistência que contribuem, de alguma forma, para a contestação da forma hodierna da globalização.

7.3. A globalização da resistência

Conforme previamente colocado, a intensificação dos processos de globalização das relações sociais tem provocado uma série de transformações e modificações nas premissas centrais das análises das classes sociais, servindo de base material para a formação de uma nova fração transnacional da classe capitalista. Contudo, tal processo não se restringe apenas às classes dominantes;

¹³⁴ Cf., por exemplo, o “neoliberalismo incrustado” – *embedded neo-liberalism* – expresso no Tratado de Maastricht. Tal “neoliberalismo incrustado” é neoliberal na medida em que destaca a primazia das forças globais de mercado e a liberdade do capital transnacional, se afastando, assim, de certa forma das instituições nacionais estabelecidas no pós-II Guerra Mundial; por outro lado, é incrustado na medida em que reconhece os limites do *laissez-faire* e aceita que certos compromissos têm que ser feitos; assim, ao menos um forma limitada de “incrustamento” é preservada. De acordo com van Apeldoorn, tal “neoliberalismo incrustado” pode ser interpretado como um projeto potencialmente hegemônico unificando a classe capitalista transnacional na Europa e expressando seus interesses coletivos ao mesmo tempo em que apela para uma gama maior de interesses e identidades. Para maiores detalhes, ver van Apeldoorn, 2000 e 2001; para maiores detalhes acerca do conceito seminal de “liberalismo incrustado” – *embedded liberalism* –, ver Ruggie, 1983.

na verdade, a globalização – enquanto uma nova configuração da geografia social – influencia e é influenciada tanto por dominadores quanto por dominados, por opressores e oprimidos. Alguns autores – como Robert Gilpin, por exemplo (cf. Gilpin, 2003:396) – não compreendem bem esta relação entre globalização e resistência, o que faz com que seja necessário que as atenções sejam voltadas, neste momento, para esta relação.

Alguns dos aspectos mais marcantes dos últimos anos são as consequências deletérias – sociais, econômicas, ecológicas e políticas – de cerca de duas décadas de globalização neoliberal, promovida por Estados – que buscam regular a desregulação (Scholte, 2002a) –, organizações internacionais – como FMI e Banco Mundial com seus “programas de ajuste estrutural” e a liberalização mundial do comércio promovida pela OMC – e agentes privados – corporações transnacionais, agências de *rating*, grandes investidores e especuladores financeiros, por exemplo (vide neste caso o “poder estrutural do capital” – cf. Gill, 2003). Assim como se encontra expresso acima, tais consequências apontam para um dos pontos mais marcantes da forma predominante da globalização, a saber, a sua propensão à concentração de renda. A riqueza combinada dos 200 bilionários mais ricos do mundo alcançou o patamar de US\$ 1,1 trilhão em 1999 e, neste mesmo ano, a renda dos 582 milhões de pessoas que vivem nos países menos desenvolvidos era de US\$ 146 bilhões, ou seja, menos de um dólar por dia. Além disso, a renda anual de 358 bilionários é hoje equivalente à renda dos 45 por cento mais pobre da população mundial, isto é, cerca de 3 bilhões de pessoas (Keane, 2003b).

Pode-se perceber que tal configuração extremamente desigual da distribuição da renda mundial é fruto da ausência de mecanismos redistributivos, algo que é característico da globalização neoliberal. Ora, tal ausência é deveras problemática na medida em que contribui tanto para o estabelecimento quanto para o agravamento e a perpetuação da crise hodierna de tal modo de acumulação global. Ou seja, tanto o descontentamento por parte dos setores sociais e dos indivíduos que experimentam as agruras decorrentes de tal modo de acumulação quanto a conseqüente perda de legitimidade do bloco histórico globalista têm profundas raízes em tais desigualdades. Na verdade,

*“conforme é experimentada a partir de “baixo”, a forma (neoliberal) dominante de globalização significa uma transformação histórica: na economia, uma mudança (...) nos modos de existência; na política, uma perda do grau de controle exercido localmente (...) de tal maneira que o **lócus** de poder muda gradualmente em proporções variadas acima e abaixo do território estatal; e na cultura, uma desvalorização das realizações das coletividades ou das percepções delas. Esta estrutura, por outro lado, pode engendrar tanto acomodação quanto resistência” (Mittelman, 2000:6).*

É possível notar que esses processos de globalização têm uma profunda influência sobre a vida diária. A globalização dos capitais e das decisões econômicas têm um impacto profundo sobre uma gama de aspectos da vida humana. Apesar dos significados desses impactos no âmbito meramente econômico, faz-se necessário sublinhar as consequências da penetração da lógica de mercado em uma série de âmbitos da vida humana, como por exemplo a educação, saúde, previdência e cultura. Quando a lógica de mercado penetra nesses reinos estes são enfraquecidos, principalmente no que tange aos direitos sociais historicamente e progressivamente conquistados através de lutas e mobilizações sociais quase infindáveis.

Essa conquista histórica dos trabalhadores tem sido, contemporaneamente, reconquistada pelo capital. O Estado, por exemplo, tem sido alvo do capital e das instituições financeiras mundiais, sendo, assim, crescentemente reorientado para os interesses do capital – principalmente os interesses do capital financeiro global. Neste contexto, o aumento da resistência em escala global deriva não só do fato dos movimentos apresentarem, desde a sua gênese, um caráter internacional, mas também do aumento do número de vítimas coletivas da globalização neoliberal. Tais vítimas não são restritas às pessoas diretamente ligadas à relação entre capital e trabalho e, assim, essas relações indiretas se encontram ligadas à miríade de indivíduos que, apesar de não terem consciência da relação que os une ao sistema econômico mundial, não param de sofrer os efeitos desastrosos desse sistema.

Em suma, a “globalização da resistência” pode ser vista como fruto de uma relação dialética entre as consequências desse processo de transplanetarização das relações capitalistas de produção – e da crescente perda de legitimidade da globalização neoliberal hegemônica associada a este – e a ação de forças sociais contrárias e essas forças capitalistas (Gills, 2000)¹³⁵. Assim, se por

¹³⁵ De certa maneira, assim como afirmam alguns dos autores neogramscianos (Cox, 1995 e Mittelman, 2000, por exemplo), é possível perceber neste processo algo semelhante ao “duplo

um lado – conforme bem notou James Scott – a ausência de contestações abertamente declaradas não deve ser vista como sinônimo de aquiescência (cf. Scott *apud* Mittelman, 2000:172)¹³⁶, por outro as políticas de resistência à globalização neoliberal têm assumidos formas cada vez mais organizadas: a feminização da pobreza implica a radicalização dos movimentos feministas; a destruição e a privatização dos recursos ambientais promovem a criação e a radicalização dos movimentos de defesa do meio ambiente; a destruição cultural estimula reações defensivas – e até mesmo retrógradas (Houtart, 2001a). Assim, pode-se afirmar que a origem imediata do movimento altermundialista remonta à segunda metade da década de 1990 quando é possível perceber um crescimento e uma intensificação sem precedentes dos protestos e atos de resistência social, em partes distintas do mundo, às políticas econômicas predominantes de caráter eminentemente neoliberal.

Faz-se oportuno neste ponto ver tal crescente globalização da resistência em perspectiva a fim de que se possa identificar melhor o processo de constituição não do chamado “movimento antiglobalização” mas sim do movimento – que pode ser melhor caracterizado como um “movimento de movimentos” – social altermundialista, “(...) *sujeito sui generis de transformação transnacional* (...)” (Gómez, 2004b:174).

É possível estabelecer como ponto de inflexão inicial do movimento altermundialista o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo ocorrido nos meses de Julho e Agosto de 1996 em Chiapas, México, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Logo em seguida a este encontro, no início de 1997 começava a ser difundido pelo mundo todo – através da organização norte-americana *Global Trade Watch* – as primeiras notícias do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que, até então, vinha sendo negociado em segredo no âmbito da Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tal acordo dizia respeito à proteção dos investimentos estrangeiros em detrimento da capacidade regulatória dos

movimento” previamente teorizado por Karl Polanyi – um movimento em defesa da auto-regulação dos mercados seguido de um contra-movimento contrário a tal auto-regulação, uma “(...) *ação autopreservativa da comunidade* (...)” (Polanyi, 2000:237).

¹³⁶ Neste ponto é oportuno conferir também Cox, 1999; van Beek, 2000; Stavenhagen, 1997; Cheru, 1997a, 1997b e 1997c.

Estados¹³⁷, e toda a mobilização contrária a ele foi o primeiro ponto de articulação mundial – embora fundamentalmente europeu e norte-americano (Seoane & Taddei, 2004) – de ONGs, intelectuais, ativistas e representantes de diversos movimentos sociais que logrou êxito (mesmo que momentâneo, devido ao fato de que muitos dos pontos presentes no tratado passaram a ser discutidos agora no âmbito da OMC e dos blocos de integração regional – como o NAFTA, por exemplo).

A partir daí, foram convocadas uma variada gama de ações por parte de organizações e movimentos ambientalistas, defensores dos direitos civis e humanos e grupos contrários às corporações transnacionais e aos efeitos deletérios da desregulação comercial e financeira. Destacam-se, neste ponto, as manifestações contra o NAFTA (Rupert, 1997 e 2000) e contra os *sweatshops*. No segundo caso, não se tratava de denúncias gerais contra o capital e o modo de acumulação global vigente, mas sim da organização de campanhas que tinham como intuito difundir e questionar as práticas desumanas de produção e exploração adotadas por certas empresas – Nike e Monsanto, por exemplo – convocando muitas vezes um boicote aos produtos destas (Lipschutz, no prelo). Cumpre destacar que, dentre outros aspectos, tais convocações são relevantes para o presente estudo na medida em que boa parte das associações feitas neste período confluíram na preparação das manifestações em Seattle (Seoane & Taddei, 2004).

Ainda antes da “Batalha de Seattle”, por ocasião da reunião ministerial da OMC, em Genebra, e do segundo encontro anual do G8, em Birmingham, foi realizado o Primeiro Dia de Ação Global – dia este que não se restringiu apenas a 1998 mas se repetiu nos anos posteriores –, no qual foram convocadas diversas manifestações pelos mais diversos grupos (ecologistas, mulheres, anarquistas, camponeses e desempregados, por exemplo) em torno dos mais diversos temas mas tendo como eixo o repúdio às desigualdades promovidas pelo forma neoliberal da globalização. Neste mesmo ano, a Caravana Intercontinental reuniu mais de 400 ativistas de todo mundo rumo à cidade de Colônia a fim de protestar durante a reunião anual do G7.

¹³⁷ De fundamental importância nesta questão foi a organização ATTAC – Associação pela Taxação das Transações Financeiras para o Auxílio dos Cidadãos – criada com o intuito de defender e estimular o controle democrático dos mercados financeiros e de suas instituições. Para maiores detalhes acerca de tal organização, ver <http://www.attac.org>; para uma análise neogramsciana da ATTAC, ver Birchfield & Freyberg-Inan, 2004.

Todas essas manifestações e mobilizações transfronteiriças serviram como uma espécie de prelúdio para o que pode ser considerado como o momento de cristalização e consolidação política do movimento altermundialista: a “Batalha de Seattle”, em 1999¹³⁸. Milhares de estudantes e jovens¹³⁹ dos Estados Unidos e da Europa, ecologistas, sindicalistas¹⁴⁰, feministas, camponeses, agricultores, ativistas ligados à defesa dos direitos humanos, minorias sexuais e de raça e até mesmo imigrantes marcharam pela cidade em protesto contra as políticas da OMC. Várias foram as manifestações de rebeldia e desobediência civil: vários manifestantes se assentaram em frente aos hotéis das delegações oficiais e sobretudo ao redor do centro de convenções onde estava prevista para ocorrer a cerimônia de abertura; cerca de 50 mil pessoas marcharam por Seattle bloqueando as reuniões nos hotéis e contribuindo para o fracasso da reunião de abertura da OMC. A despeito da repressão policial, os protestos se prolongaram de maneira quase ininterrupta por três dias e, neste período, ficaram patentes as divergências e as clivagens existentes no âmbito da OMC e uma série de países subdesenvolvidos se colocaram contrários às propostas da “Rodada do Milênio”, que não logrou o êxito previsto além de ter contribuído em certa medida para que se exacerbassem as controvérsias comerciais entre os Estados Unidos e a Europa.

É possível afirmar que “(...) *Seattle foi o batismo de fogo e o momento de consolidação deste vasto, diverso e novo movimento planetário contra a injustiça*” (Seoane & Taddei, 2004:268). Dentre as razões para tal, pode-se destacar as seguintes: foi um protesto que ocorreu no centro do poder mundial, mobilizou um elevado número de participantes de diversas partes do globo e obteve uma vitória simbólica deveras relevante: a suspensão da Rodada do Milênio – com a ajuda decisiva do conflito de interesses existente entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e entre os próprios países desenvolvidos. Contudo, deve-se deixar claro que não se pode pensar tal batalha sem as lutas e as mobilizações transplanetárias prévias. Neste sentido, pode-se afirmar que Seattle

¹³⁸ “Se sabe que o protesto de Seattle marca a data de nascimento político do ‘movimento de movimentos’” (Gómez, 2004a:324).

¹³⁹ Para uma interessante análise acerca do papel e da importância dos jovens no movimento altermundialista, ver Seoane & Taddei, 2004.

¹⁴⁰ Este é um ponto deveras marcante de Seattle: a presença de sindicatos e sindicalistas em uma manifestação de rua que não defendia exclusivamente os interesses desse grupo. Agradeço ao meu orientador professor José María Gómez por lembrar-me desse ponto.

“(...) foi o momento culminante de um árduo processo de convergências progressivas e precárias entre numerosas redes, organizações, movimentos e mobilizações, alimentadas tanto pelas experiências setoriais das lutas passadas quanto pelas novas iniciativas (...) de contestação política aberta à governança global neoliberal e ao seu núcleo institucional visível. De todos os modos, é a partir do impulso cristizador de Seattle que se inaugura uma fase acelerada de protestos, campanhas e fóruns em diversas cidades do mundo, demonstrando, em um curto espaço de tempo, a presença política de um movimento social em plena expansão” (Gómez, 2004a:324).

Neste sentido, o movimento altermundialista apresentou em 2000 um notório amadurecimento que lhe permitiu consolidar a coordenação entre as diversas frentes, movimentos e organizações, intensificando e expandindo geograficamente tanto o seu escopo quanto o escopo da luta. Em Abril, 30 mil manifestantes protestaram em Washington por ocasião da reunião do FMI; em Junho, as mobilizações se concentraram em Bolonha por ocasião da Cúpula da OCDE; em Setembro, cerca de 30 mil manifestantes protestaram durante a reunião do Fórum Econômico Mundial, em Melbourne. Ainda em Setembro, durante o Quinto Dia de Ação Global (26 de Setembro), cerca de 15 mil pessoas se reuniram em Praga por ocasião da reunião do FMI e do Banco Mundial; em Dezembro, o movimento se concentrou em Nice por ocasião da Cúpula da União Européia a fim de se manifestar contra a Europa neoliberal.

Dito isto, o I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2001 aparece tanto como resultado quanto como expressão dos múltiplos processos supracitados. De acordo com sua própria Carta de Princípios¹⁴¹, o FSM se autodefine como um espaço tanto de encontro quanto de troca de experiências, de debate democrático de idéias e de articulação de propostas de ação por parte dos amplos setores da sociedade civil contrários à globalização neoliberal. Assim, não se trata apenas de um evento anual centralizado ou de uma série de eventos que lhe dão apoio e sustentação, mas sim de um processo permanente e global de busca de formas alternativas de se construir uma nova globalização solidária calcada no respeito aos direitos humanos, ao meio-ambiente, à justiça social e à diferença (Gómez, 2004b e Santos, 2003). Conforme aponta Santos, a novidade política do FSM pode ser expressa em três pontos:

¹⁴¹ Cf. <http://www.forumsocialmundial.org.br>

- 1) Uma ampla concepção de poder e opressão. A partir de uma concepção mais ampla, passa-se a ver que a globalização neoliberal gera uma variada gama de formas de opressão que afeta mulheres, minorias étnicas, povos indígenas, camponeses, desempregados, trabalhadores dos setor informal, imigrantes (legais e/ou ilegais), gays, lésbicas, crianças e jovens. Ora, todas essas formas de opressão devem ser combatidas a fim de que um outro mundo seja realmente possível. Assim, as prioridades políticas passam a ser vistas como conjunturais, o que em certa medida explica a novidade organizacional do FSM sem líderes, sua rejeição às hierarquias e a ênfase na formação e no fortalecimento das redes;
- 2) A equivalência entre os princípios de igualdade e o reconhecimento da diferença. A igualdade, entendida como equivalência entre iguais, tende via de regra a excluir o que é diferente. Neste sentido, a ênfase na necessidade da igualdade sem colocar em segundo plano a questão da diferença é uma novidade do FSM que segue, de certa forma, princípios outrora levantados pelos zapatistas: “*um mundo onde caibam muitos mundos*” e “*somos iguais porque somos diferentes*” (Ceceña, 2004c:301, 312);
- 3) Privilégio da rebelião e da não-conformidade em detrimento da revolução armada. Não há uma única teoria que guie estrategicamente os movimentos presentes no FSM. Neste sentido, a novidade neste ponto é o fato de que há, ao mesmo tempo, uma ênfase na defesa e na manutenção da diversidade, do pluralismo, do experimentalismo (dado o caráter *sui generis* e sem precedentes do FSM) e da democracia radical (Santos, 2003).

Os três pontos acima elencados são importantes na medida em que apontam para o caráter inclusivo do FSM, tanto no que tange às escalas de ação quanto às suas temáticas. Destarte, o fato de, em tempos de globalização neoliberal hegemônica – “não há alternativa”, já dizia a Margaret Thatcher – haver sido criado um espaço destinado à interação das forças sociais descontentes com o rumo da história que buscam não apenas contestar a globalização neoliberal mas também – e fundamentalmente – trocar experiências de luta, debater idéias e

articular ações com o intuito de desenvolver formas alternativas de globalização “(...) *significa a volta da esperança e da possibilidade de uma sociedade e de um mundo melhor*” (Gómez, 2004b:182).

Contudo, a despeito do êxito e da consolidação alcançados, o ano de 2001 apresenta um outro momento de inflexão para o movimento altermundialista¹⁴². Devido ao crescimento e êxito vertiginosos e ao crescente reconhecimento e legitimidade do movimento por parte de amplos segmentos da opinião pública de diferentes países e sua contribuição para a construção de um “espaço público supraterritorial” (Gómez, 2004a), não surpreende que o bloco dominante – incrustado em um período de crise – reagisse prontamente. Neste sentido, pode-se perceber dois tipos de reação: primeiro, uma reação do tipo revolução passiva – que busca dar uma face mais humana à globalização (Rupert, 2000) – e segundo, uma reação do tipo mais coercitiva, criminalizando e denegrindo o movimento altermundialista (Porta & Reiter, 2004).

Neste sentido, embora também pudesse ser percebido nas manifestações prévias ocorridas em Washington, Praga, Nice, Davos, Quebec e Gotemberg nos anos de 2000 e 2001, é em Gênova que se percebe o ápice de tal estratégia antimobilizadora e repressiva (Hayes & Bunyan, 2004). Além disso, foi adotada com sucesso a estratégia de isolamento, que consistia em evitar a realização de grandes reuniões internacionais em cidades que poderiam servir de palco para os protestos altermundialistas – tal estratégia foi empregada na reunião da OMC em Qatar e na cúpula do G8 realizada em um local de difícil acesso do Canadá. Por fim, somado a tais complicações, se encontram os atentados terroristas de 11 de Setembro, que inauguraram uma fase da política mundial mais intrincada para a ação do movimento altermundialista, obrigando-o a enfrentar diversos dilemas e impasses. Assim, parece estar se configurando uma espécie de “Leviatã Imperial” (Gómez, 2002 e 2003a) ou “Momento NeoImperial” (Rupert, no prelo) que busca resolver de maneira repressiva e com controle social os seus problemas, utilizando os mesmos mecanismos supraterritoriais usados na década de 1990 em defesa do grande capital (Cox, 1999) agora contra o movimento altermundialista. Assim, os

¹⁴² Como coloca Gómez – fazendo alusão a Hobsbawm (Hobsbawm, 1998) –, os anos de 2000 e 2001 poderiam ser classificados, a partir de uma perspectiva da história do movimento altermundialista, como o “longo ano 2000” – que termina com o I FSM em Porto Alegre – e o “breve ano 2001” – que termina com a mobilização em Gênova. Para maiores detalhes, ver Gómez, 2004a.

dilemas e as adversidades que se colocam ao movimento altermundialista são vários, desde problemas internos do próprio movimento – como os de representatividade e da necessidade de se desenvolver e elaborar alternativas reais e viáveis à globalização neoliberal, passando assim da crítica à proposição – aos próprios constrangimentos externos, sejam eles estruturais ou exercidos por outros agentes políticos – como o bloco histórico globalista ou os grupos terroristas transnacionalizados, por exemplo.

Contudo, mesmo depois da perplexidade inicial, o movimento foi se recuperando e se manteve ativo, organizando outras manifestações, como o protesto feito em Bruxelas por ocasião da reunião de cúpula da União Européia e as diversas manifestações pela paz e contra a invasão do Iraque feitas em diversos países, por exemplo. Merece destaque também a organização de duas edições do FSM após a reação neoimperial o que contribuiu deveras para *“quebrar o medo e a inibição, e recuperar a iniciativa de debate e luta, em um nível mais elevado de convergência e coordenação de ações futuras”* (Gómez, 2004a:337). Além disso, o fato da IV edição do FSM ter sido realizada em Mumbai, na Índia, é algo deveras importante na medida em que representa a consciência, por parte de seus partícipes, de que há problemas a serem enfrentados e superados pelo FSM – como a questão da representatividade e a necessidade de integrar cada vez mais setores e grupos das mais diversas partes do mundo, principalmente África e Ásia que se encontram pouco representados no FSM (Santos, 2003).

Em suma, pelo que foi visto é possível estabelecer quatro pontos de inflexão no processo de constituição do movimento social altermundialista ou do que pode ser chamado de “resistência global progressista”: primeiro, com os zapatistas que praticamente inauguram uma nova forma inclusivista de protesto contra a globalização neoliberal (Ceceña, 2004c & Morton, 2002); segundo, em Seattle com a cristalização do “movimento de movimentos” (Rupert, 2000; Gómez, 2004a); terceiro, com a realização da I edição do Fórum Social Mundial que se apresenta como *“(...) expressão e referente simbólico primordial”* (Gómez, 2004b:173) do movimento altermundialista; e o quarto começando em Gênova e terminando com o atentado ao World Trade Center em 11/09/01 que marca o início da “reação neoimperial” do bloco histórico globalista (Gómez, 2002, 2003a & 2004a).

Neste ponto cumpre oportuno serem feitas algumas considerações acerca dessa forma de “resistência global progressista”. Antes de mais nada, o movimento altermundialista não é um grande movimento mundial único. Na verdade, existe uma variada gama de movimentos – ou seja, seria um “movimento de movimentos” – cujos ativistas se direcionam para as mais diversas causas – políticas sexuais, legislações trabalhistas, regras para o comércio, questões religiosas, questões relacionadas ao poder corporativo, reconstruções pós-guerras, educação, meio-ambiente e direitos humanos, por exemplo. Os alvos desses movimentos também são distintos e o espectro da lealdade dentro desses movimentos é algo muito amplo, passando por ecologistas radicais, pacifistas cristãos, ativistas muçulmanos, budistas e anarco-sindicalistas, por exemplo (Keane, 2003b). Suas formas de ação são muito diversas e sobrepostas: encontros, redes de informação e comunicação via *internet*, redes de ação cívica, organizações em forma de pirâmides e personalidades carismáticas.

A arquitetura desses movimentos também é algo complexo, marcado por uma geometria variável. Grande parte dos simpatizantes e apoiadores se dedicam em tempo parcial. Os ativistas de tempo integral são a minoria dentro desses movimentos, que não possuem uma liderança ou secretaria globalmente reconhecida e, conseqüentemente, não possuem um foco de ação política coletiva comum, embora uma certa unidade se torne manifesta durante os protestos públicos organizados.

Em função deste caráter “acéfalo” dos movimentos altermundialistas de resistência global, algumas organizações se concentram na tarefa de fortalecer os comprometimentos auto-conscientes dos movimentos para com o “*pluralismo coordenado*” (Keane, 2003b:61)¹⁴³. Tais organizações se especializam em difundir as informações por todo o globo, encorajando desta forma os diversos movimentos sociais – desde os zapatistas no México até Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, passando pelo movimentos de defesa do povo Ogoni na Nigéria – a se verem não como um movimento isolado em uma luta local mas sim como parte de algo muito maior, de uma resistência global à

¹⁴³ Exemplos de tais organizações ou redes seriam a ATTAC, a Ação Global dos Povos (*Peoples' Global Action*) – <http://www.agp.org> –, a Aliança Social Continental (ASC ou HSA – *Hemispheric Social Alliance*) – <http://www.asc-hsa.org> –, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) – <http://www.rebrip.org.br> – e a Via Campesina – <http://www.viacampesina.org> – dentre outras.

globalização neoliberal cujos efeitos deletérios se reterritorializam nas especificidades locais, o que aponta para o fato de que a resistência não é apenas local ou global, mas sim local, regional, nacional e global; ou seja, os movimentos sociais devem encontrar formas de ser tão flexíveis – tanto no âmbito teórico quanto no âmbito da prática – quanto a classe capitalista¹⁴⁴.

Dito isto, fica claro que chamar tais movimentos de “movimentos anti-globalização” é um equívoco, uma vez que tais movimentos são marcados por uma mentalidade transfronteiriça e por formas de solidariedade e contestação que não se restringem às fronteiras dos Estados nacionais. Por outro lado, conforme também foi colocado, a ação não se restringe agora apenas ao âmbito global; pelo contrário, ela tem lugar nos mais diversos níveis, desde o micro-local ao macro-global – passando assim pelos âmbitos local, nacional, regional e global. Portanto, não se pode concluir, a partir do que foi dito acima, que as manifestações supraterritoriais passaram a adquirir uma espécie de primazia frente às manifestações locais. Absolutamente. Na verdade, o que ocorre é que, ao mesmo tempo em que se intensifica o ativismo transnacional que identifica o âmbito global como um espaço imprescindível de luta, as conseqüências da globalização neoliberal são sentidas nos âmbitos locais, nacionais e regionais. Um exemplo seria a América Latina.

No tocante a este continente, vê-se que o impacto social da forma neoliberal hegemônica da globalização começa a gerar contrapartidas a partir de meados da década de 1990. Na verdade, é possível perceber o surgimento de novas formas de luta e de novos atores e movimentos sociais que se colocam em aberta oposição às profundas transformações ocorridas nas estruturas sociais da região através da implementação das reformas de cunho neoliberal durante tal período no continente. Poderiam ser citados, assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, a Confederação das Nacionalidades Indígenas Equatorianas (CONAIE), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México e as comunidades indígena-camponesas do Altiplano boliviano como os movimentos mais significativos deste período, que embora importantes, não esgotam as manifestações de protesto ocorridas no continente

¹⁴⁴ Nas palavras de Harvey: “Onde a luta anti-capitalista é encontrada? A resposta é, eu acho, em todos os lugares” (Harvey, 2000a:31).

neste período (Seoane & Taddei, 2004 & Algranati, *et. al.*, 2004)¹⁴⁵. Cumpre ressaltar, por fim, outra forma de ação significativa presente não apenas na América Latina mas em todo o continente americano que expressa o caráter dinâmico, complexo e dialético da relação entre o local, o nacional, o regional e global na mobilização das forças sociais hodiernas: a Aliança Social Continental, que é um fórum das organizações e movimentos sociais progressistas das Américas criado com o objetivo de promover o intercâmbio de informações, definir estratégias e fomentar ações conjuntas, tudo isto visando o desenvolvimento de um modelo de desenvolvimento alternativo e democrático. Neste sentido, a ASC se apresenta como um espaço aberto para todas as organizações e movimentos interessados em transformar as políticas de integração vigentes no âmbito hemisférico e promover a justiça social¹⁴⁶, indicando como ela se encontra literalmente na fronteira entre o “ativismo transnacional” e o “ativismo local”.

Todavia, nem todas as formas de resistência são política ou ideologicamente semelhantes (Gills, 2000). Na verdade, pode-se afirmar que a globalização da produção serve de base material tanto para o surgimento e a formação de uma fração transnacional da classe capitalista quanto para o surgimento de formas variadas de resistência, sejam elas progressistas ou reacionárias. No tocante a esta segunda forma de resistência, nota-se que também se trata de uma busca por mudanças estruturais rumo à transformação da globalização neoliberal. Contudo, contrariamente ao movimento altermundialista, estes movimentos, grupos, intelectuais e ativistas se encontram à direita do cenário político¹⁴⁷ e, neste sentido, visam reafirmar as identidades religiosas, étnicas, raciais ou lingüísticas de uma forma excludente, representando o “Outro” – via de regra visto como o imigrante – como uma ameaça à identidade nacional e/ou religiosa. Os movimentos baseados na religião, por exemplo, reagiram de uma maneira drástica às diversas consequências de décadas de globalização neoliberal, atribuindo a esta, pelo menos em parte, a responsabilidade pelo

¹⁴⁵ Para um mapeamento das manifestações sociais de protesto ocorridas na América Latina neste período, ver o Observatório Social da América Latina – <http://osal.clacso.org/>

¹⁴⁶ Para uma análise interessante da ASC, ver Massicotte, 2004.

¹⁴⁷ Para uma análise interessante acerca da resistência por parte da direita nos Estados Unidos à globalização neoliberal, ver Rupert, 2000.

esfacelamento dos valores da comunidade e a conseqüente dissolução do tecido social (Mittelman, 2004).

No tocante ao terrorismo islâmico em escala transnacional, conforme foi expresso nos atentados de 11 de Setembro, por exemplo, nota-se que se trata de um terrorismo inédito. De natureza global, não depende de nenhum Estado e se “desfaz” e se recompõe – ou seja, se desterritorializa e se reterritorializa – com uma facilidade extrema, operando sem estruturas fixas e verticais de comando, conta com recursos próprios ou privados podendo ainda ter acesso aos processos tecnológicos, financeiros, organizacionais e midiáticos que se desenvolvem com a intensificação dos processos de globalização. Ou seja, em certa medida pode-se afirmar que, assim como a fração transnacional da classe capitalista e o movimento altermundialista, essa nova forma, inédita, de terrorismo transnacional tem a intensificação dos processos de globalização como base material para seu surgimento.

Além disso, uma vez que se encontra em oposição ao bloco histórico globalista – mesmo que de uma maneira completamente distinta do movimento altermundialista –, tal terrorismo transnacional também pode ser visto como um dos aspectos da influência da globalização na resistência. Contudo, assim como os movimentos de extrema direita – Pat Buchanan no EUA, Joerg Haider na Áustria e Jean-Marie Le Pen na França por exemplo –, o terrorismo transnacional apresenta um aspecto extremamente reacionário que se encontra em extrema oposição a todos os valores emancipatórios, libertários e de solidariedade que permeiam os movimentos, grupos e organizações partícipes do “movimento de movimentos”, ou seja, do movimento altermundialista. Na verdade, tais movimentos, organizações e grupos reacionários – sejam eles de cunho religioso ou não – apresentam características claramente xenófobas e defendem a adoção tanto de políticas de defesa e proteção à cultura nacional contra os imigrantes como se opõem aos tratados de integração regional, argumentando que tais tratados contribuem para o enfraquecimento da soberania nacional. Destarte, em última instância – e diferentemente do movimento altermundialista – os movimentos, grupos e organizações partícipes da resistência reacionária não buscam a promoção de uma forma alternativa de globalização, mas sim o fim desta.

Em síntese, pode-se perceber que a resistência à globalização neoliberal é algo muito mais complexo do que pode parecer em um primeiro momento. Ao contrário do que alguns teóricos parecem colocar (Smith & Korzeniewick, no prelo; Scholte, 1999 e Anheier, *et. al.*, 2001), a classificação dos diversos movimentos, grupos e organizações sociais em atuação na política mundial não é algo fácil; pelo contrário, tais atores possuem uma série de clivagens e mantêm relações diversas e distintas entre si, dificultando deveras a taxonomia dessa resistência como um todo (Tarrow, 2002). Neste sentido, a classificação acima apresentada, longe de querer esgotar tais movimentos busca, a partir de uma perspectiva neogramsciana, expor o fato de que a sociedade civil é, antes de mais nada, uma arena de luta onde se encontram em constante embate grupos e movimentos sociais das mais distintas nuances que se relacionam entre si e com a sociedade política das mais diversas maneiras. E não poderia ser diferente em tempos de globalização, quando é possível perceber um aumento exponencial da complexidade do processo de construção, manutenção e contestação de uma hegemonia, uma vez que contemporaneamente o problema da hegemonia perpassa desde a economia política global até o âmbito local. A estratégia de cooptação, por exemplo, seria uma dessas formas de relacionamento que tem conseqüências profundas no processo de construção de um bloco histórico altermundialista.

7.3.1.

O problema da revolução passiva e a dificuldade da contra-hegemonia global

É possível perceber que são vários os desafios enfrentados pelos movimentos e grupos sociais, partícipes do “movimento de movimentos”, que buscam uma forma alternativa de globalização que seja mais justa, solidária, ecologicamente sustentável e humana. Se tais desafios já não fossem o bastante, percebe-se a existência de outro que também é de extrema relevância para o movimento altermundialista como um todo. A saber, a tentativa de cooptação do movimento – ou de partes do movimento – por parte do bloco histórico globalista. Conforme visto previamente, a revolução passiva pode ser vista como uma situação na qual os aspectos potencialmente progressivos de uma profunda mudança histórica são minados por uma gama de estratégias que são pautadas por uma lógica que tem como intuito contribuir para a reconstituição das relações de

dominação e subordinação que, por sua vez, subvertem as possibilidades de transformações de cunho progressista (Sassoon, 2000). Neste sentido, a revolução passiva é vista como a contrapartida da hegemonia na medida em que descreve as condições de uma relação não hegemônica, ou seja, uma relação social na qual a classe dominante não foi capaz de estabelecer uma hegemonia no sentido gramsciano do termo.

É possível afirmar que o contexto contemporâneo favorece uma estratégia deste tipo. Com a crescente complexificação da produção, ocorre também uma maior complexificação das relações sociais, o que, paralelamente, leva a uma heterogeneização dos setores trabalhadores (Harvey, 2003). Na verdade, o que acontece é uma fragmentação e um ocultamento da maioria trabalhadora. Por outro lado – em contextos de crise como o contemporâneo –, a fração dominante do capital tende a acirrar sua ofensiva contra os capitais mais fracos e contra o trabalho em sua tentativa de reestruturar sua base hegemônica. Em outras palavras, é exatamente em contextos de crise – de superprodução e superacumulação, para o capital, e de desemprego e subconsumo, para o trabalho – que a classe dominante, influenciada pela tendência à queda da taxa de lucro, acirra a exploração de mais-valia (de onde objetiva a redução dos direitos trabalhistas e dos empecilhos à acumulação); somado a isto, os setores explorados tendem a se preocupar mais por manter, em algum nível, os direitos adquiridos (conquistados historicamente) do que por lutar por um projeto alternativo. Neste sentido, tais movimentos e grupos passam a privilegiar a conjuntura de crise econômica, em detrimento do embate em torno de projetos societais, o que

“(...) redireciona o conteúdo das suas reivindicações para o campo das ideologias práticas, marcadas pelas suas necessidades imediatas (...), (terminando) por reduzir as suas propostas ao campo da preservação das conquistas ou, tão-somente, das possibilidades postas pela conjuntura da crise” (Mota apud Montaña, 2002:28).

Ora, uma das conseqüências de décadas de globalização neoliberal é isso: o ataque implacável por parte do bloco histórico globalista aos direitos anteriormente conquistados (Houtart, 2001a) levou os setores alvos de tais ataques a se concentrarem na defesa das necessidades imediatas; como conseqüência, nota-se hoje um dos grandes problemas que afligem o movimento altermundialista, a saber, a dificuldade de se passar da crítica para a proposição de

alternativas à forma neoliberal hegemônica da globalização que sejam viáveis e factíveis. Isso é algo deveras importante porque a ausência de tais projetos pode contribuir de uma maneira muito significativa para a cooptação de alguns movimentos e grupos progressistas dado o fato de que estes por um lado não possuem uma alternativa clara a seguir – podendo assim ser cooptados por setores e ideologias ligadas ao bloco histórico globalista – a por outro dá-se espaço e concede-se tempo para que este bloco dominante tente se reestruturar através do desenvolvimento de novas ideologias e estratégias que contribuam para sua perpetuação no poder.

Três exemplos são dignos de serem mencionados neste ponto. Em primeiro lugar – principalmente após a crise asiática de 1997-1998 e a conseqüente crise de legitimidade da globalização neoliberal –, nota-se a partir de 1998 um engajamento do bloco dominante no terreno da luta ideológica com o intuito de cooptar alguns dos argumentos do movimento altermundialistas, principalmente aqueles ligados ao meio-ambiente e às questões trabalhistas. Conforme afirmou o presidente norte-americano na época em um encontro da OMC, “*os trabalhadores só assumirão os riscos de um mercado internacional livre se eles tiverem a confiança de que tal sistema trabalhará para eles*” (Clinton *apud* Rupert, 2000:144). Neste sentido e a fim de “desenvolver tal confiança”, Bill Clinton propõe a criação de um fórum pela OMC que esteja aberto para o diálogo com os diversos movimentos e grupos sociais. Além disso, em 1999 ele reitera a importância desta questão defendendo uma cooperação mais íntima entre a OIT, o FMI e a OMC com o intuito de “*(...) colocar uma face humana na economia global*” (*ibidem*). Tal estratégia de desenvolver uma versão mais “humana” da globalização não era algo defendido apenas por Bill Clinton; na verdade, outros membros do bloco histórico globalista partilhavam dessa mesma idéia, como por exemplo os partícipes do Fórum Econômico Mundial (FEM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – ambos, cada um à sua maneira, buscando demonstrar como o capitalismo global pode ser benéfico para a maioria da população mundial e não apenas para os grandes investidores e grandes corporações.

Em segundo lugar pode-se citar as estratégias adotadas pelas próprias corporações transnacionais. Como aponta Lipschutz (Lipschutz, no prelo), o “movimento de responsabilidade corporativa” promovido pelas grandes

corporações é menos uma resposta aos supracitados pedidos feitos pelo ex-presidente norte-americano Bill Clinton do que uma forma de autoproteção contra as campanhas agressivas empreendidas por parte de certos atores da sociedade civil. Assim, temendo que os códigos de boa conduta pudessem ser impostos pelas autoridades públicas devido ao aumento das demandas por parte de certos atores – vide, por exemplo, o “efeito bumerangue”¹⁴⁸ –, um número cada vez maior de corporações tem reformulado seus códigos de conduta. Além disso, tais códigos também têm sido suplementados por vários tipos de padrões elaborados por agências privadas como a Organização Internacional de Padronização (ISO) bem como por certas noções de “cidadania corporativa” propostas tanto por governos quanto por grupos privados. Até mesmo a ONU participa deste processo com o “Global Compact” – que diz respeito a uma gama de princípios e um programa que têm como objetivo recrutar o capital na tarefa de governança global e de financiamento público.

Por fim, outro ponto relevante ligado à problemática da revolução passiva é a questão da ação das ONGs. Vistas por alguns como os agentes por excelência promotores da justiça e da equidade global e por outros como meros agentes do imperialismo, as ONGs são organizações diversas e de difícil classificação. Muitas delas padecem de problemas de representatividade, de prestação de contas e de problemas ligados à sua própria organização, que reproduziria as mesmas hierarquias e estruturas de discriminação que são alvo de críticas (Gómez, 2004a). Além disso, muitas delas são extremamente dependentes tanto do financiamento estatal quanto do financiamento empresarial, o que dificulta tais ONGs de terem uma ação política sólida com vistas à transformação da realidade social. Desta forma, tal relação das ONGs com os Estados e com as grandes corporações contribui de uma maneira inegável para que elas possam ser cooptadas por estas forças *pró-establishment*, o que caracterizaria um exemplo claro de transformismo. Em suma, poder-se-ia afirmar, com base no que foi colocado acima, que o discurso da “globalização com uma face humana”, ligado às estratégias de ação das grandes corporações – com seu “movimento de

¹⁴⁸ De acordo com Keck & Sikkink, o “efeito bumerangue” descreveria a forma através da qual grupos da sociedade civil se afastam de seus Estados e apelam junto às redes transnacionais de ação cívica, às organizações internacionais e até mesmo a outros Estados a fim de que, com isso, suas demandas sejam atendidas em seus Estados de origem através de pressões internacionais e transnacionais. Para maiores detalhes, ver Keck & Sikkink, 1998.

responsabilidade corporativa” – e a cooptação de certas ONGs pelo bloco histórico globalista caracterizam uma estratégia, por parte deste bloco dominante, de “revolução passiva global”.

Embora apresentem algum escopo para a politização e a democratização da economia global uma vez que fomentam um certo “diálogo” entre a fração de classe dominante e alguns representantes das forças sociais opositoras – com destaque para as ONGs –, a revolução passiva não pode ser vista como um programa político pelo movimento altermundialista. Na verdade, a revolução passiva é vista por Gramsci em termos do relacionamento entre o que seriam as possibilidades marginais para o desenvolvimento de uma dada formação social e as possibilidades da criação de algo qualitativamente novo. Ou seja, os espaços abertos pelas estratégias de revolução passiva não são um fim em si mesmos mas sim possibilidades potenciais para a expansão de uma nova forma de política progressista.

Como visto, o transformismo seria, juntamente com o cesarismo, uma das facetas da revolução passiva e se refere a um método para implementar um programa limitado de reformas através da cooptação de líderes potenciais dos grupos sociais subalternos (Gramsci, 2002a:286-287 e 2002b:396). Assim, percebe-se que o transformismo pode funcionar como uma estratégia de assimilação e domesticação de idéias potencialmente perigosas mediante o ajuste destas às políticas da coalizão dominante (Cox, 1994a). Destarte, percebe-se aqui o perigo e o dilema apresentado pela estratégia de revolução passiva global ao movimento altermundialista: através da luta ideológica, da concessão real de certos benefícios materiais, da cooptação e do transformismo, ela pode obstruir a formação de uma oposição organizada que busque a transformação social. Se tal estratégia adotada pelo bloco dominante logrará êxito ou não, somente as relações entre as forças sociais no âmbito de uma sociedade civil crescentemente influenciada – e transformada – pelos processos de globalização determinarão.

7.4.

“O outro lado da força”: A sociedade política em tempos de globalização

Críticos do conceito de sociedade civil global argumentam que uma sociedade civil só pode ser entendida dentro do contexto estatal. Em especial, no

tocante às perspectivas neogramscianas da economia política global, argumenta-se não ser possível, nos termos gramscianos, pensar a globalização da sociedade civil sem se pensar o outro elemento do Estado ampliado, a saber, a sociedade política. Ou seja: para tais críticos, uma vez que não há um “Estado global”, a análise da sociedade civil em tempos de globalização perderia seu sentido (Germain & Kenny, 1998). Tal colocação é de extrema relevância e merecedora de uma reflexão maior: afinal, qual a influência da intensificação dos processos de globalização no Estado? A sociedade política possui, de acordo com Gramsci, características bem definidas, uma vez que

(...) agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção (...), da manutenção, pela força, da ordem estabelecida. Nesse sentido, ela não se limita ao simples domínio militar, mas igualmente ao governo jurídico, força ‘legal’” (Portelli, 1977:30, 31).

Foi visto anteriormente que a intensificação dos processos de globalização têm gerado profundas conseqüências para a sociedade civil, tanto com relação às classes dominantes quanto com relação aos excluídos e descontentes. Se, conforme afirma Gramsci, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é apenas metodológica e não orgânica, é de se esperar que novas configurações das bases materiais da sociedade humana repercutam tanto na sociedade civil quanto na sociedade política – ou seja, tenha conseqüências para o Estado concebido em sua forma ampliada. Faz-se necessário, desta forma, refletir, mesmo que de maneira introdutória, acerca das influências e repercussões da intensificação dos processos de globalização das relações sociais na sociedade política, ou seja, acerca das transformações que os aparatos regulatórios e coercitivos têm passado contemporaneamente.

Nota-se que, principalmente a partir da década de 1990, uma variada gama de autores tem debatido acerca do papel do Estado – seja defendendo sua crescente perda de importância (Ohmae, 1996), seja defendendo sua perpetuação (Evans, 1997; Mann, 1999). De fato, muitas das recentes análises acerca da globalização são redundantes e falhas na medida em que insistem em destacar essa questão. Na verdade, a questão crucial acerca do papel do Estado nos dias contemporâneos não diz respeito ao seu desaparecimento, mas sim à sua transformação (Walker, 1995; Scholte, 2000; Robinson, 2001 e 2004a). Ou seja, a questão não é se o Estado está perdendo seu poder ou sua autoridade para os

diversos agentes e atores das relações internacionais, como máfias, corporações transnacionais, agências de *rating* e outros (Strange, 1996), mas de que forma as relações sociais concretas estão sendo transformadas e, desta forma, transformando o Estado e seu papel. Na verdade, um dos problemas cruciais vividos nos dias contemporâneos diz respeito ao fato de que o sistema interestatal depende de tal maneira das formas institucionais nacionais que já não é capaz de lidar de maneira satisfatória com a crescente expansão das atividades políticas e econômicas em escala global.

Dito isto, nota-se que, nos últimos anos, o Estado vem passando por um processo de transformação e sendo absorvido em uma estrutura maior que, por sua vez, tem trabalhado a fim de instituir uma nova relação de classe entre a fração transnacional da classe capitalista e os diversos trabalhadores e indivíduos dispersos pelo planeta. Ora, a reorganização política do capitalismo mundial está muito aquém da reorganização econômica, havendo assim uma disjunção entre a globalização econômica e a institucionalização política das novas relações sociais engendradas pela intensificação dos processos de globalização (McMichael, 2000). Contudo, na medida em que se nota uma transformação nas bases materiais da sociedade humana, há também uma mudança em sua organização institucional.

Grande parte da razão da existência do supracitado debate entre “Estado forte” *versus* “Estado fraco” advém do fato dos autores partirem de uma concepção weberiana do Estado. Assim, uma vez que se rompe com tal concepção weberiana que estabelece uma dicotomia entre Estado e mercado e se adota uma perspectiva marxista, o Estado passa a ser visto como a institucionalização das relações de classe em torno de uma configuração particular da produção social. Os âmbitos político e econômico deixam, assim, de ser vistos como esferas autônomas e passam a ser considerados momentos distintos de uma mesma totalidade. Seguindo esta linha de raciocínio, o Estado – em seu sentido restrito, ou seja, como “sociedade política” ou sistema coercitivo de autoridade – passa a ser visto “(...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe (...)” (Poulantzas, 1980:147). Na verdade, o Estado dá uma forma política às instituições econômicas e às relações de produção representando, assim, a institucionalização das relações sociais de dominação.

É crucial analisar a constelação de forças sociais que se condensam materialmente nas estruturas e práticas estatais em determinados períodos históricos; conseqüentemente, a globalização das relações sociais não pode ser vista como um fenômeno isolado das transformações das relações de classe e dos Estados. Em outras palavras: para que se possa ir além das formas estadocêntricas de pensar a economia política global, é necessário ter em mente que o estudo da globalização é, em última instância, uma análise histórica. Assim, quando se esquece que o Estado é um fenômeno histórico há uma reificação do mesmo e, por conseqüência, uma reificação do sistema de Estados (ou sistema internacional)¹⁴⁹.

Destarte, é possível perceber a emergência de um aparato regulatório-coercitivo supranacional a partir de dentro do sistema interestatal¹⁵⁰. Ora, uma vez que as circunstâncias materiais que serviram de base para o surgimento dos Estados nacionais estão sendo superadas (*Aufhebung*) pela globalização, faz-se extremamente necessária uma leitura materialista histórica do “Estado restrito” – ou seja, da “sociedade política” – como uma relação social específica inserida em estruturas sociais mais amplas que pode tomar formas institucionais historicamente determinadas (Robinson, 2001).

O que é, em poucas palavras, tal aparato regulatório-coercitivo supranacional? Na verdade, se trata de

“(...) uma constelação particular de forças e relações de classes vinculadas à globalização capitalista e ao surgimento de uma classe capitalista transnacional, incorporada em uma diversa gama de instituições políticas. Estas instituições são Estados nacionais transformados e instituições supranacionais diversas que servem para institucionalizar a dominação desta classe como a fração hegemônica do capital mundial. (Tal aparato) compreende aquelas instituições e práticas na sociedade global que mantém, defendem e avançam a hegemonia emergente de uma burguesia global e de seu projeto de construir um novo bloco histórico capitalista global” (Robinson, 2001:166).

¹⁴⁹ Reificação aqui entendida como a atribuição de um *status* ontológico independente a fenômenos sociais que são fruto, na realidade, das complexas e cambiantes relações e práticas sociais da agência humana.

¹⁵⁰ Robinson chama tal aparato de “Estado Transnacional” (Robinson, 2001, 2004a e 2004b). Contudo, devido, dentre outros fatores, às conclusões equivocadas que o uso de tal termo pode gerar – assim como o termo “sociedade civil global” –, decidiu-se pela não utilização do mesmo na presente dissertação embora não haja discordância com relação ao processo de transnacionalização do Estado apresentado por este autor. Na verdade os termos “Estado Transnacional” e “sociedade civil global” podem dar a idéia equivocada de um processo acabado, o que na realidade não procede.

Tal aparato diz respeito a uma rede emergente sem uma forma institucional centralizada – ou seja, uma *nébuleuse*¹⁵¹ – que compreende Estados nacionais integrados e transformados juntamente com fóruns econômicos e políticos supranacionais. Neste sentido, a transformação dos Estados nacionais e o surgimento de instituições supranacionais não são aspectos distintos ou mutuamente excludentes. Pelo contrário, são duas dimensões de um mesmo processo, a saber, a internacionalização/transnacionalização do Estado (Cox, 1986, 1987 e Gill, 1990). Este aparato é multicêntrico e inclui variadas instituições econômicas e políticas, formais e informais. No tocante às instituições econômicas, podem ser citadas as seguintes: Banco Internacional de Compensações (BIS), FMI, OMC, Banco Mundial e os diversos bancos regionais. Com relação às instituições políticas, vale a pena destacar G7, G22, ONU – com destaque para o Conselho de Segurança –, OECD, União Européia, Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia (CSCE), OTAN e os diversos acordos regionais, como a Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), o NAFTA, Mercosul, APEC e outros¹⁵².

Tais instituições supranacionais têm paulatinamente suplantado as instituições domésticas no que diz respeito à formulação e ao desenvolvimento de políticas e na administração e no gerenciamento da economia global (McMichael, 2000). Ora, isso se relaciona intimamente com o conceito de internacionalização/transnacionalização do Estado anteriormente trabalhado; ou seja, os Estados nacionais estão deixando de ser os formuladores das políticas nacionais para serem os administradores das políticas formuladas pelas instituições supranacionais.

É importante neste ponto evitar qualquer tipo de dualidade nacional-global¹⁵³: os Estados nacionais não são externos a este aparato supranacional mas são incorporados neste. Na verdade, frações transnacionais das elites locais têm chegado ao poder, transformando, assim, a maioria dos Estados. Em especial, as

¹⁵¹ “Não há, com efeito, uma estrutura de autoridade ou política explícita para a economia global. Permanece, contudo, algo lá para ser decifrado, algo que pode ser descrito pela palavra francesa *nébuleuse* (grifo do autor) (...)” (Cox, 1996c:301).

¹⁵² Sobre o surgimento e a evolução histórica de tais aparatos transnacionais de coerção, ver Robinson, 2001:176-183.

¹⁵³ Alguns vêem a globalização como uma contradição entre agentes globais e Estados nacionais. Contudo, se trata de uma contradição estrutural interna da própria evolução do sistema capitalista de produção em cujo centro se encontram as relações de classe que, por sua vez, se expressam externamente como uma “contradição institucional” (Robinson, 2001 e 2004a).

frações transnacionais das elites dos países do Norte têm feito uso de seu poder estrutural e direto superior a fim não de promover “interesses nacionais” mas sim de fomentar formas transnacionais de regulação e de governança, trabalhando pela institucionalização de um “novo constitucionalismo” segundo o qual as regras econômicas são institucionalizadas em regimes burocráticos que se encontram fora do controle político e democrático dos cidadãos (Gill, 2003). Ou seja: os Estados não desaparecem nem perdem importância; o que ocorre é que eles são tomados pelas forças sociais transnacionais que internalizam as estruturas de autoridade do capitalismo global. Longe de serem âmbitos mutuamente excludentes, o global é incorporado nas estruturas e processos sociais locais¹⁵⁴.

No tocante ao sistema interestatal, percebe-se que este age como uma condição para o poder estrutural do capital transnacional sobre o trabalho que, embora seja transnacional em seu caráter e conteúdo real, na prática é sujeito a diversos arranjos e constrangimentos institucionais e ao controle direto dos Estados. Assim, esta nova relação de classe do capitalismo global e suas práticas sociais específicas estão se condensando e se institucionalizando. Isto fica claro quando se volta a atenção, por exemplo, para o papel do FMI e do Banco Mundial na desregulação (ou melhor, na re-regulação) das relações trabalhistas – um processo de subordinação do trabalho ao capital global a fim de reproduzir essa nova relação de classe.

Como colocado, o aparato regulatório-coercitivo supranacional é multicêntrico e se constitui de instituições formais e informais, econômicas e políticas. Contudo, uma dúvida pode surgir neste ponto: e os Estados Unidos? Qual o seu papel nesta nova configuração global do capitalismo? E as reações norte-americanas após os atentados de 11 de Setembro de 2001? Não seria um fato que contraria os argumentos acerca tanto da formação de uma fração transnacional da classe capitalista quanto do surgimento de um aparato regulatório-coercitivo supranacional?

Na verdade, pode-se perceber os Estados Unidos como a instituição política do aparato supranacional que exerce uma espécie de liderança no desenvolvimento de estratégias e políticas em nome do capital global devido a

¹⁵⁴ É interessante notar que, assim como os Estados, as instituições supranacionais prévias à formação da classe capitalista transnacional – como a ONU e as instituições de Bretton Woods – não foram superadas mas sim transformadas (Robinson, 2001).

uma série de razões, dentre as quais pode-se destacar o fato da intensificação dos processos de globalização ter ocorrido no período em que os Estados Unidos exerciam o domínio mundial e o fato de que os Estados Unidos concentram em si a esmagadora maioria de recursos bélicos e financeiros, o que lhes dá uma certa preponderância para agir em nome das “elites globalizantes”. Ou seja, há a necessidade de que exista uma “autoridade política” capaz de garantir o ambiente necessário para que ocorra a reprodução ampliada do capital – agora em escala global.

Ora, é certo que as indústrias militar e petrolífera se utilizaram do Estado norte-americano durante o governo de George W. Bush com objetivos corporativos; sem embargo, “interesses corporativos” não é o mesmo que “interesses norte-americanos”. Na verdade, pode-se perceber que os grupos capitalistas que se beneficiaram das intervenções militares norte-americanas pelo mundo não foram os norte-americanos mas sim os transnacionais. De acordo com a revista *The Economist*, dos 405 diretores de grandes corporações nos Estados Unidos que ocuparam cargos relevantes no governo norte-americano, a maioria se concentra em alguns poucos setores dentre os quais se destacam finanças e seguros (64 diretores), energia (53 diretores), *telecom* e *software* (39 diretores), saúde e farmacêutico (26 diretores) e defesa (22 diretores) – precisamente aqueles setores que tendem a ser mais transnacionalizados (Robinson, 2004a e 2004b).

Na realidade, o que se nota nas intervenções dos Estados Unidos como um todo não é uma reprodução da velha lógica imperialista, mas sim um engajamento na troca das elites governantes – ou seja, troca-se elites local e regionalmente orientadas por elites mais favoráveis ao projeto transnacional. Isso fica claro, por exemplo, nas intervenções na América Latina (Robinson, 1996); no caso da Guerra do Kuwait, que era um Estado “(...) *totalmente integrado na economia mundial interdependente*” (Cox, 1996c:287) que estava sendo invadido por outro cuja elite dominante era voltada para projetos localmente orientados; na invasão do Afeganistão; e na invasão do Iraque – os dois últimos se tratando da deposição de elites localmente orientadas, embora em um contexto deveras *sui generis* da “guerra contra o terror”.

Especificamente no que diz respeito ao período pós-11 de Setembro de 2001, nota-se uma estratégia, por parte dos Estados Unidos, de lançar uma mobilização permanente para a guerra na tentativa de, assim, estabilizar o sistema

pela força. Assim, se nas últimas décadas os programas de ajuste estrutural foram os grandes mecanismos de coerção utilizados pelo bloco histórico globalista, hoje é possível perceber uma intensificação do uso da força, um verdadeiro “Momento NeoImperial” (Rupert, no prelo). Este se caracteriza pelo fato da supremacia do grupo social passar da “direção intelectual e moral” para o “domínio”, ou seja, do consenso para a coerção, da hegemonia para a força, gerando uma crescente perda de legitimidade e concomitante dificuldade de manter a própria supremacia. Não obstante, é necessário que se faça um movimento para além da conjuntura – governo de George W. Bush – a fim de identificar corretamente o papel dos Estados Unidos neste contexto, como “ponto de condensação material” das pressões dos grupos dominantes do mundo inteiro a fim de resolver os problemas e garantir a reprodução do capitalismo global.

Em suma, é desta forma que se configura tal aparato regulatório-coercitivo supranacional. Não como algo planejado, mas como a consequência política das práticas sociais e da ação de classe da fração transnacional da classe capitalista em um período histórico específico; da mesma forma, tais aparatos têm contribuído para a reprodução do capitalismo global, para a reprodução social do bloco histórico globalista e, em última instância, para a manutenção da hegemonia desse grupo social. Contudo, a conversão dos Estados em Estados neoliberais é contraditória. Se por um lado tal conversão favorece a reprodução do capitalismo global, por outro mina a capacidade estatal de harmonizar os interesses sociais conflitantes “internos” e de dirimir as desigualdades sociais que são inerentes ao capitalismo, o que contribui de fato para a perda de legitimidade por parte desses Estados e, em última instância, do próprio bloco histórico globalista. Como visto anteriormente, a hegemonia nunca é completa e, no caso específico da hegemonia exercida através do bloco histórico globalista, nota-se assim o aparecimento de uma série de graves problemas que minam, constantemente, a reprodução dessa relação de hegemonia. Daí o recurso à força e à coerção, o que por sua vez também pode contribuir mais ainda para a perda de legitimidade de tal bloco.

7.5.

Conclusão: Entre os dilemas e as possibilidades da construção de um bloco histórico altermundialista

A transformação das bases materiais da sociedade humana geram repercussões importantíssimas no processo de formação de classes, sejam elas dominantes ou dominadas. Essas próprias classes, enquanto atuam, promovem tais transformações, ou seja, contribuem para a intensificação dos processos de globalização, o que repercute diretamente nas configurações tanto da sociedade civil quanto da sociedade política. De acordo com Williams, “*uma nova teoria do socialismo deve agora envolver centralmente o **lugar** (grifo do autor)*” (Williams *apud* Harvey, 2000a:21). Há, assim, a necessidade de se levar em conta os interesses particulares na articulação da contra-hegemonia, na construção do bloco histórico contra-hegemônico. Tais interesses via de regra se relacionam à questão do espaço, daí a importância de se levar o “lugar” em consideração neste processo. Isso expõe um ponto importante da presente perspectiva: ao contrário de algumas das visões previamente apresentadas (novo transnacionalismo e republicanismo liberal, por exemplo), busca-se aqui apresentar não uma “sociedade civil global” na qual as questões territoriais e espaciais não mais importam mas sim uma perspectiva da sociedade civil em tempos de globalização – o que apresenta a importância da nova configuração do espaço social sem, contudo, desconsiderar a importância do território e do espaço na articulação da resistência e da contra-hegemonia. Em suma, enfatiza-se, assim, a importância das relações dialéticas entre o local, o nacional, o regional e o global na articulação e na expressão tanto da hegemonia quanto da contra-hegemonia (Cox, 1999; Gills, 2000)¹⁵⁵.

A forma neoliberal da globalização tem gerado graves consequências sociais que, por sua vez, a precariedade dos aparatos transnacionais de regulação e coerção e os limitados Estados neoliberais são incapazes de resolver. Daí a complexidade da presente crise que, se por um lado tem deletérias consequências sociais, por outro abre uma gama de oportunidades de ação política para os

¹⁵⁵ Conforme colocou Mittelman, “*a resistência é localizada, regionalizada e globalizada ao mesmo tempo em que a globalização econômica se expande através das fronteiras geopolíticas*” (Mittelman, 2000:177).

movimentos e grupos sociais que tenham o intuito de superar a globalização neoliberal rumo a uma forma alternativa de globalização.

Contudo, mesmo que não sejam negados os avanços significativos feitos – como por exemplo a realização de quatro edições do FSM sendo a última delas na Índia –, permanecem vários problemas e dificuldades para serem resolvidos pelo movimento altermundialista. Apesar da expansão sem precedentes, o movimento ainda é minoritário e padece de sérios problemas de representatividade das mais diversas nuances – em termos de país, região, classe, gênero, raça, etnia e credo –, de tensões entre os âmbitos locais, nacionais, regionais e globais de ação e da relação entre a afirmação das identidades particulares *versus* a necessidade de que sejam construídas amplas alianças para o sucesso do movimento (Santos, 2003). Além disso, nota-se também a existência de clivagens de interesses entre os grupos do Norte e os grupos do Sul (Smith, 2004) e de uma série de críticas com relação tanto à reprodução das desigualdades e das hierarquias no seio das próprias ONGs quanto às relações ambíguas – e algumas vezes escusas – mantidas por algumas ONGs e alguns movimentos com corporações transnacionais, Estados e organizações internacionais (Lipschutz, no prelo; MacDonald, 1994 e Bob, 2002). Isso mostra que, se por um lado, não se pode negar a importância do movimento altermundialista contemporaneamente, por outro, também não se pode negar nem subestimar os dilemas que se encontram face à face com tal movimento, o que demanda o engajamento de seus partícipes a fim de buscar a superação de tais dilemas rumo à construção de um bloco histórico também globalista porém contra-hegemônico – ou seja, um bloco histórico altermundialista.

Como visto acima, as prioridades políticas devem ser vistas de maneira conjuntural; assim, sem deixar de lado a necessidade de se superar a globalização neoliberal rumo a uma globalização alternativa, é possível perceber que duas frentes de batalha¹⁵⁶ se colocam face ao movimento altermundialista neste “engajamento conjuntural”: por um lado, contra o terrorismo transnacional e por

¹⁵⁶ É importante destacar aqui que tal luta em “duas frentes” faz parte, na verdade, de uma única luta pela transformação da realidade pois, como apontou Gómez, “(...) o terrorismo não faz mais do que reforçar a dominação imperial, pois promove gastos e invenções militares de um novo tipo junto à corrida armamentista, não aumenta a confiança dos povos, classes ou grupos oprimidos em sua própria força de emancipação e acentua ou introduz os germes da divisão e polarização (patriotas vs. antipatriotas; antinorte-americanos vs. antiimpério; radicais vs. moderados, etc.) no

outro, contra a “guerra imperial”, visando, assim, a defesa da segurança humana, dos direitos humanos, da justiça social e da democracia em larga escala. Além disso, em períodos de crise de hegemonia os perigos da revolução passiva global se mantêm presentes – o que demanda uma atenção do movimento altermundialista para com as estratégias de cooptação durante seu “engajamento conjuntural”.

A busca pela contra-hegemonia, pela construção de um bloco histórico altermundialista, leva em consideração a tarefa de elaboração de respostas às questões ideológicas vividas pelos aliados potenciais. Destarte, a batalha das idéias, o diálogo e o confronto cultural assumem uma importância decisiva na luta pela hegemonia. Além disso, percebe-se que os Estados nacionais ainda são de extrema importância no processo de manutenção do apoio popular, vindo daí o fato de que não podem ser de maneira alguma um *locus* de embate desprezado pelo movimento altermundialista. Na verdade, a luta ocorre em “(...) *todos os lugares*” (Harvey, 2000a:31); ou seja, os movimentos sociais devem encontrar formas de ser tão flexíveis no espaço – tanto no âmbito teórico quanto no âmbito da prática – quanto a classe capitalista.

De certa forma, isto já vem ocorrendo uma vez que não há uma região do globo na qual não seja possível encontrar manifestações de descontentamento com relação à globalização expressa em sua face neoliberal contemporânea (Amin & Houtart, 2004), seja no centro – greve na França em 1995 (Gómez, 2000) – seja na periferia – MST, EZLN e ASC, por exemplo (Harvey, 2000). Não obstante, afirmar a existência de movimentos anti-capitalistas não implica, necessariamente, afirmar a existência de um projeto alternativo ao capitalismo (nem mesmo à sua expressão neoliberal contemporânea). Tal “movimento anti-capitalista” é deveras amplo e carente de coerência e de uma visão concreta acerca do que deveria ser um movimento anti-capitalista.

Além disso, falta também direção: o movimento de parte deste grupo se confunde e muitas vezes colide com os interesses de outra parte. Na verdade, o poder organizado da fração transnacional da classe capitalista se contrasta de maneira radical com o poder das classes e grupos excluídos do modo predominante de acumulação global, que permanecem fragmentados e fracos, não

seio do próprio movimento contra a globalização capitalista, em pleno crescimento durante a fase Seattle-Gênova” (Gómez, 2004a:335).

se constituindo, assim, como uma classe transnacional. A questão que se coloca para ser solucionada, assim, é a necessidade de se pensar como superar o nível corporativo de consciência, indo para além das particularidades rumo ao nível hegemônico buscando assim englobar vários interesses particulares – ecológicos, econômicos, de classe, de gênero, de raça, etc. – nesta construção universal¹⁵⁷. Nesta tarefa os fóruns sociais têm tido um papel fundamental: tanto as quatro edições do FSM quanto os vários fóruns continentais – como o Fórum Social Africano (FSA), o Fórum Social Europeu (FSE) e o Fórum Social das Américas –, nacionais – Fórum Social Brasileiro –, regionais – Fórum Social Mineiro – e temáticos – Fórum Social Mundial Temático (FSMT) – têm dado uma grande contribuição para o aprofundamento das convergências (Houtart & Amin, 2004). Os debates que ocorrem neste fóruns constituem uma das melhores formas de gestão das divergências entre os movimentos e grupos sociais que compartilham dos mesmos objetivos gerais mas que possuem uma concepção específica de ação política. Assim, tais relacionamentos intersubjetivos são de extrema valia para o amadurecimento político dessas convergências, capacitando tais grupos e movimentos a “(...) *distinguir o que os separa e o que os une, para articular melhor as diversas lutas por um mundo diferente*” (Polet, 2004:13). Contudo, a despeito desses avanços e do papel importantíssimo desempenhado pelos fóruns neste processo, muito ainda falta para ser feito (Santos, 2003).

Nota-se, assim, a necessidade de que as forças progressivas, para além da resistência, reconsiderem seus critérios de ação e de agência política e busquem uma nova forma de sintetizar e canalizar os potenciais de resistência em um projeto político criativo. Da mesma forma que o partido político era o agente da vontade coletiva transformadora no contexto histórico específico vivido por Gramsci – ou seja, era um organismo “(...) *dado pelo desenvolvimento histórico (...)*” (Gramsci, 2002b:16) –, com a intensificação dos processos de globalização e

¹⁵⁷ Esta questão é de extrema relevância nos dias contemporâneos principalmente no que diz respeito à integração dos grupos e movimentos sociais norte-americanos ao movimento altermundialista. Como coloca Rupert, a integração de tais grupos e movimentos é fundamental dada a importância estratégica e estrutural dos Estados Unidos na economia política global hodierna (Rupert, no prelo). Assim, pode-se notar mais um dos dilemas colocados ao movimento altermundialista pelo 11 de Setembro e pela consequente “Guerra Contra o Terror”. Assim, o que se coloca para os ativistas transnacionais neste ponto é a necessidade de lutar dentro do complexo sociedade civil/Estado norte-americano, fazendo frente à tentativa de cooptação dos grupos e movimentos norte-americanos pelas ideologias e discursos patrióticos desenvolvidos pelos setores vinculados ao bloco histórico dominante ou à direita reacionária (Pat Buchanan, por exemplo).

a transformação das bases materiais da sociedade humana faz-se necessário o surgimento de uma nova forma de objetivação do momento catártico que simbolize a vontade coletiva. Contudo, se por um lado “(...) *um partido jamais se completa e se forma (...)*” (Gramsci, 2002b:316) – ou seja, se encontra em um constante processo de relações intersubjetivas através das quais vão sendo construídas, em constante interação orgânica com os mais necessitados, as diretrizes e demandas a serem defendidas por tal partido –, por outro fica em aberto a questão concernente à pertinência do “partido” para o contexto histórico contemporâneo – conforme expresso, por exemplo, na idéia de “príncipe pós-moderno” de Gill (Gill, 2003). Ou seja, até que ponto a idéia de “partido” é capaz de lidar com a nova configuração global da resistência? Até que ponto tal idéia é compatível com as estratégias não-hierárquicas de ação do movimento altermundialista? Tais questões apontam para o fato de que a construção de um bloco histórico altermundialista é algo deveras complexo e que os intelectuais orgânicos têm um papel extremamente importante neste processo de construção intersubjetiva da contra-hegemonia.

De acordo com Gramsci,

“assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado” (Gramsci, 2002a:64).

Tal afirmação é deveras sugestiva com relação aos dias de hoje que se caracterizam, dentre outros aspectos, pela intensificação do uso da força em escala global por parte do grupo social dominante com seu epicentro nos Estados Unidos (Rupert, no prelo; Robinson, 2004a e 2004b). Ora, mudanças fundamentais na ordem social são possíveis em períodos de crise orgânica – ou seja, um período de crise no qual o sistema se vê face a uma crise estrutural (objetiva) e uma crise de legitimidade ou de hegemonia (subjetiva). Assim, se tal intensificação do uso da força representa um esgotamento por parte de tais grupos e se isso é um indício de uma “crise orgânica”, isso é uma questão importante que demanda uma maior atenção e um maior engajamento do movimento altermundialista uma vez que a história é algo aberto. Em suma, faz-se necessário que os partícipes de tal movimento tenham sempre em mente a fórmula de Gramsci – ou seja, que pensem de uma maneira gramsciana: “(...) *é preciso, ao contrário necessário, dirigir*

violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (Gramsci, 2002b:295).

Em síntese: a mudança da situação contemporânea demanda mais do que a mera resistência; mudanças reais pressupõem uma intensificação da pressão política e novas formas de organização política a partir da base, a fim de assim alterar as estruturas da representação inadequada e desigual que surgiu na era da globalização neoliberal. Isso implica uma mudança no pensamento entre os partícipes do movimento altermundialista, o que diz respeito a uma mudança da mera resistência para a criação de alternativas políticas reais práticas. Por fim, tais alternativas devem visar também a transformação da lógica do padrão de consumo e do estilo de vida vigentes, buscando assim adotar uma nova perspectiva de longo prazo distinta do padrão civilizacional neoliberal.

A crescente mobilização supraterritorial e transplanetária tanto por parte dos setores dominantes – fração transnacional da classe capitalista – quanto dos setores excluídos e descontentes – movimento altermundialista e terrorismo transnacionalizado, por exemplo – tem sérias implicações tanto para a sociedade política quanto para a sociedade civil. Se por um lado é possível observar uma certa transnacionalização da sociedade política, por outro tais transformações das bases materiais da sociedade também apontam para uma transformação hodierna da sociedade civil. Seria possível assim identificar o surgimento de uma “sociedade civil global”; contudo, contrariamente aos argumentos e teorias previamente apresentadas, as dinâmicas particulares das sociedades civis locais não desaparecem – assim como os Estados nacionais. Pelo contrário, os diversos complexos sociedade civil/Estado continuam sendo de extrema relevância tanto para a análise quanto para a ação política. Neste sentido, pode-se perceber uma transformação qualitativa das relações de poder e dos fluidos e complexos processos de formação do consenso – em suma, uma transnacionalização do próprio Estado concebido em seu sentido ampliado. Ou seja, a questão da hegemonia passa a ser colocada tanto nos âmbitos locais, nacionais e regionais quanto no âmbito da economia política global. É neste sentido que deve ser entendida a sociedade civil em tempos de intensificação da globalização das relações sociais.